

MEMÓRIA DA 9ª REUNIÃO CONJUNTA DAS CÂMARAS TÉCNICAS CTGI, CTEA, CTPA, CTMH e CTAS GESTÃO 2021-2023		
DATA: 24/06/2021	HORÁRIO: 9h	LOCAL: Plataforma Teams
LISTA DE PRESENÇA		
Nome	Entidade	Câmara Técnica
Laura Stela (coordenadora)	SIMA	CTGI
Márcia Nascimento	SIMA	CTPA
Alfredo Pisani	DAEE	CTMH
Josué Barranco	DAEE	CTPA
Gerson Salviano	IPT	CTGI, CTMH e CTPA
Tatiana Luiz dos Santos Tavares	IPT	CTAS
Gilson Guimarães	CETESB	CTGI
Maria Emília Botelho	CETESB	CTPA
Arthur Coculo	CETESB	CTAS
Nilson Cerazza	PM de Francisco Morato	CTEA
Juliana Souza	PM de Mogi das Cruzes	CTMH
Emerson Teruaki Mochizuki	PM de Mogi das Cruzes	CTPA
Felipe Harano	PM de Mogi das Cruzes	CTMH
Jéssica Zamith	PM de Mauá	CTGI
Natacha Nakamura	PM de Suzano	CTGI
Solange Wu	PM de Suzano	CTPA
Cristiano Oliveira	SEMAE de Mogi das Cruzes	CTMH
Camila Candiles	SEMAE de Mogi das Cruzes	CTMH
Carla Geanfrancisco Falasca	APGAM	CTAS
Rubens Paes	APGAM	CTPA
Camila Arantes	UFABC	CTGI e CTAS
Luciana Travassos	UFABC	CTPA
Melissa Graciosa	UFABC	CTMH
Jaqueline Bória	UNIFESP	CTPA
Ricardo Saad	CIESP SBC	CTAS e CTMH
Sonia Nogueira	AESabesp	CTEA
CONVIDADOS		
Nome	Entidade	
Hélio Suleiman	FABHAT	
Larissa Cristina Silva	FABHAT/ Secretaria Executiva	
Beatriz Vilera	FABHAT	

Mayara Trivinho	FABHAT
Roberto Teruo Ohmori	Sec. de Agricultura e Abastecimento
Gabriel Alves	SEMAE de Mogi das Cruzes
Cintia Espindola	SEMAE de Mogi das Cruzes
Neide Araújo	SIMA/CFB
Breno Eitel Zylbersztajn	PM de São Paulo
Adriano Michel	AEAAS
Renata Harumi	SABESP
Marcos José Lomonico	
Alan Holanda	PM de Diadema
Wilson	

1. Abertura

Laura Stela (SIMA), coordenadora da CTGI, iniciou a reunião às 9h10 e agradeceu a presença de todos. Informou que a pauta seria a aprovação da memória da 8ª reunião e a discussão das análises dos projetos de 28 a 31.

Larissa Cristina (FABHAT) apresentou a memória da reunião anterior, que foi aprovada sem considerações.

Laura reforçou para os tomadores não participarem da discussão sobre a análise do projeto apresentado por eles, apenas se solicitado algum esclarecimento pelo coordenador da reunião, conforme Deliberação CBH-AT nº 117/2021.

2. Apresentações

Projeto 28 – PM de Diadema - Implantação do Parque Linear da Represa Billings - Fase I - Recuperação da Mata Ciliar

Analistas: Neide Araújo (SIMA/CFB), Gabriel Alves (SEMAE de Mogi das Cruzes), Karin Kelly (PM de Ribeirão Pires), Andreza Araújo (PM de Ribeirão Pires), Luciana Travassos (UFABC) e Marta Marcondes (USCS).

Apresentação: Gabriel Alves (SEMAE de Mogi das Cruzes)

Inicialmente, Gabriel contextualizou o projeto e identificou o principal ponto pelo qual poderia representar um impeditivo para indicação:

- O objetivo do empreendimento é a recuperação de mata ciliar em uma área da Billings, visando a proteção do corpo hídrico através da implementação de um parque linear;

- O tomador apresentou autorizações ambientais com validade vencida (2015) – CETESB, TCRA (Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental) e alvará de licença metropolitana para obras públicas, faltando o alvará de intervenção em APRM. Também apresentou protocolo de solicitação de renovação da licença e autorizações, datado de fevereiro de 2021;
Entre os documentos apresentados, referentes ao licenciamento do empreendimento, consta um TCRA – Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental. De acordo com o MPO, o FEHIDRO não financia recuperação florestal em áreas autuadas por supressão de vegetação nativa ou sobre as quais existam obrigações administrativas ou jurídicas determinando a sua recuperação, na modalidade não reembolsável.
Luciana Travassos (UFABC) informa que o projeto apresentado não está localizado em uma área autuada, portanto, isso não deveria ser motivo para inabilitação do empreendimento;
- Diante deste quadro, foi verificado que existem duas modalidades de TCRA: uma decorrente de autuação administrativa ou jurídica, e outra consubstanciando compromisso assumido pelo empreendedor quando do licenciamento ambiental. Assim, foi proposto que esta questão seja levada ao FEHIDRO, de modo que possa ser viabilizado o financiamento de projetos que se enquadrem na segunda modalidade.

Para progredir com as discussões quanto à adequação do projeto, Gabriel continuou com a apresentação, destacando os seguintes pontos:

- De modo geral, não seguiu o modelo estabelecido pela Deliberação CBH-AT nº 117/2021;
- Não foi caracterizado o problema no item diagnóstico, apresentando dados quali-quantitativos;
- Não realizou o enquadramento do projeto nas ações financiáveis;
- Não apresentou os benefícios para a BAT e a APRM Billings;
- Não apresentou os objetivos específicos e o objetivo geral não está claro;
- Não identificou o local em que ocorrerá a intervenção, nem onde se dará o plantio das mudas. Apresentar em mapa a área objeto da autorização pela CETESB e a área do empreendimento proposto;
- Não explicou qual critério foi utilizado para quantificar a população diretamente atendida;
- Esclarecer sobre a metodologia a ser adotada para o plantio;
- Não apresentou a memória de cálculo do projeto;
- Produtos e resultados esperados não foram apresentados;

- Não realizou o detalhamento dos itens na planilha de orçamento e constam incongruências com relação à contrapartida.

Luciana Travassos (UFABC) informou que é a favor da solicitação da complementação, considerando que é uma área que está sofrendo bastante pressão.

Neide Araújo (SIMA/CFB) informou que sua posição também é pela solicitação de complementação, e que essa proposta, além da restauração e conservação, prevê a utilização social de alguns espaços, constituindo importante iniciativa para contenção da ocupação irregular.

Beatriz Vilera (FABHAT) complementou que no título está “FASE 1”, mas não apresentou o todo do projeto, ou seja, não realizou a contextualização do que está sendo proposto e o motivo pelo qual precisou dividir o empreendimento em fases.

Considerando os pontos acima elencados, os membros das CTs decidiram solicitar complementações e retomar a análise para as CTs.

CONCLUSÃO → Complementações.

Projeto 29 – AEAAS - Elaboração de Plano Diretor para Manejo de Águas Pluviais - PDMMAP

Analistas: Camila Candiles (SEMAE de Mogi das Cruzes), Carla Geanfrancisco (APGAM) e Melissa Graciosa (UFABC).

Apresentação: Carla Geanfrancisco (APGAM)

Os principais pontos destacados foram os seguintes:

- O projeto de drenagem está sendo solicitado pela Associação (AEASS), porém, o ideal seria que a proposta fosse apresentada pelo município;
- A AEASS não apresentou projetos já realizados afetos ao tema proposto;
- Não fez referência ao Plano de Saneamento que o município já possui nem ao PDMAT, inclusive registros de inundações;
- Não fez o enquadramento do projeto nas ações financiáveis;
- Não justificou a quantificação da população atendida;
- A metodologia está insuficiente, baseada em literatura para elaboração de um plano de drenagem; devendo estar alinhada ao plano de saneamento e com o PDMAT;

- Não garante a sustentabilidade do projeto; uma vez que não é apresentado nenhum vínculo da Prefeitura de Itaquaquecetuba com a AEASS para viabilizar este empreendimento;
- O tomador informou como contrapartida a equipe técnica da prefeitura, mas o tomador é a AEASS, e não há carta de anuência para isso;
- Não especificou os profissionais e experiências para a equipe a ser contratada de acordo com as funções necessárias.

Melissa Graciosa (UFABC) reforçou seu posicionamento quanto a inabilitação do projeto, já que precisa ser completamente reescrito e detalhado. Complementou que o valor do projeto é muito alto e não está justificado, e que, de acordo com o TR, não está previsto o levantamento de campo (identificação de nascentes, topografia) nem a realização de audiências e oficinas junto à comunidade.

Camila Candiles (SEMAE de Mogi das Cruzes) destacou que a questão de a AEASS ser a tomadora, não teria problema, desde que a Prefeitura de Itaquaquecetuba se manifestasse de maneira oficial garantindo a sua participação.

As CTs e a FABHAT se colocaram à disposição para auxiliar o proponente tomador na elaboração do projeto para ser reapresentado em próxima chamada do FEHIDRO.

CONCLUSÃO → Inabilitado.

Projeto 30 – SABESP - Implantação de redes Coletoras de Esgoto em Salesópolis

Analistas: Josué Barranco (DAEE), Solange Wuo (PM de Suzano) e Camila Arantes (UFABC).

Apresentação: Camila Arantes (UFABC)

Os principais pontos destacados foram os seguintes:

- O tomador apresentou os protocolos de licenciamento da CETESB;
- De maneira geral, o projeto traz informações suficientes para descrever o que será realizado;
- Na apresentação institucional, cita a atuação da SABESP, mediante intervenções realizadas na região;
- A introdução e a justificativa estão muito abrangentes, sem contemplar diagnóstico e dados para caracterizar a situação da área com relação ao saneamento e justificar a necessidade do projeto;
- Não apresentou benefícios mensuráveis com a implantação do projeto;
- Não apresentou as coordenadas na identificação da área de estudo;

- Não apresentou a experiência necessária da equipe técnica;
- Deve ajustar os objetivos específicos, metas, ações e indicadores;
- Produtos e resultados esperados devem ser adequados após a definição das metas e ações;
- Os projetos básico/executivo não trazem memória de cálculo que justifiquem as informações das plantas;
- Deve justificar o benefício ao recurso hídrico na BAT e na APRM-ATC.
- Não informa sobre a sustentabilidade do projeto após o término do financiamento, explicitando se já há coletores-tronco instalados para encaminhar o esgoto coletado à ETE.

Após discussão dos membros das CTs, ficou decidido solicitar complementações para reanálise pelos analistas.

CONCLUSÃO → Precisa de complementações, para reanálise dos analistas e FABHAT.

Projeto 31 – SEMAE de Mogi das Cruzes – SUBSTITUIÇÃO DE FOSSAS RUDIMENTARES EXISTENTES POR UNIDADES DE SANEAMENTO INDIVIDUAL EM ÁREA RURAL DA APRM-ATC, INCLUINDO CAPACITAÇÃO DOS CONTEMPLADOS

Analistas: Márcia Nascimento (SIMA), Jéssica Zamith (PM de Mauá), Camila Arantes (UFABC) e Sonia Nogueira (AESabesp)

Apresentação: Márcia Nascimento (SIMA)

Os principais pontos destacados foram os seguintes:

- Em introdução e justificativa, o tomador não apresentou dados quantitativos nem informou as deficiências da área;
- Não identificou os benefícios mensuráveis da proposta e consequências de sua não realização;
- O projeto cita a adoção da NBR 7229/93 e 13.969/97, porém, para o dimensionamento do sistema, não foram considerados os dados específicos dos locais de implantação, nível do lençol freático, condições do solo, frequência de limpeza das fossas sépticas, entre outros;
- Não está justificada a subdivisão em sete áreas de atendimento;
- Considerando a Lei Específica da APRM, o licenciamento não deve ser feito apenas para o sistema de tratamento de esgoto, mas também para a edificação das unidades;

- O tomador não detalhou como será a separação dos tipos de efluentes (águas negras e cinzas), nem se haverá uma orientação à população sobre a disposição adequada;
- Precisa explicitar como será removido e destinado o lodo gerado no sistema de tratamento;
- Não está claro como será custeada a tubulação de ligação da residência com o sistema de tratamento de efluentes;
- Não explicou como serão solucionados possíveis problemas de instalação hidráulica dos imóveis;
- Na equipe técnica, seria importante acrescentar um profissional de comunicação social para dar suporte à população beneficiada;
- O envolvimento dos proprietários precisa estar demonstrado para que o projeto tenha sustentabilidade após sua conclusão;
- Não consta nenhum documento de anuência dos proprietários, apenas documento da Secretaria de Agricultura de apoio aos proprietários.

Camila Arantes (UFABC) destacou sobre a dificuldade para a questão de licenciamentos rurais e reforçou a necessidade do Comitê discutir este assunto e auxiliar os proponentes tomadores que apresentem projetos com essa ação.

Solange Wuo (PM de Suzano) informou que esse assunto será tratado no GT-Mananciais e convidou a todos os representantes para a próxima reunião do GT (25/06).

Camila Candiles, representante da instituição proponente, foi autorizada pelos membros das câmaras a se manifestar, e informou que o SEMAE de Mogi das Cruzes entrou com o parecer técnico na CETESB contendo informações sobre o projeto e questionando sobre sua viabilidade ambiental. Porém, em um contato telefônico, o supervisor da CETESB esclareceu que a edificação precisa de um alvará, apesar do sistema de tratamento de esgoto não precisar do licenciamento. Logo, informalmente, o supervisor informou que o parecer será indeferido.

Dado o quadro apresentado, o SEMAE já se manifesta com relação à inabilitação do empreendimento dada sua inviabilidade perante a CETESB, bem como não teriam condições de atender em tempo hábil às complementações discutidas nesta reunião.

Camila Candiles também reforçou sobre a necessidade de viabilização de projetos de saneamento em áreas rurais na questão do licenciamento.

Laura Stela encaminhou pela inabilitação do projeto nesse momento, mas reforçou a possibilidade de os proponentes tomadores realizarem as complementações necessárias, para que seja reapresentado após o equacionamento da questão de

licenciamento em área rural ser viabilizada. Todos concordaram com o encaminhamento.

CONCLUSÃO → Inabilitado, em decorrência da inviabilidade do licenciamento ambiental.

3. Demais discussões

a) Data da indicação dos empreendimentos ao FEHIDRO

Melissa Graciosa (UFABC) disse que o pouco prazo para que sejam os tomadores façam as devidas adequações e complementações necessárias e também para a avaliação pelas câmaras técnicas após o retorno, seria importante estender o prazo para a indicação dos empreendimentos ao FEHIDRO.

Laura Stela alertou que as indicações devem ser realizadas em tempo hábil para que o agente técnico avalie, encaminhe para assinatura de contrato e que o Comitê saiba se haverá saldo remanescente ainda em 2021. E concordou que será necessário mais tempo para a continuação dos trabalhos pelas CTs, considerando a metodologia e procedimentos para análise das complementações e recursos.

Após discussões, ficou decidido que a coordenadora da CTGI, Laura Stela, fará uma solicitação formal à Diretoria do CBH-AT para estender o prazo de indicação dos projetos ao FEHIDRO, o que implicará na revisão completa das etapas futuras do cronograma de análise dos empreendimentos.

b) Licenciamento ambiental em áreas ruais

Gilson Guimarães (CETESB) disse que além das discussões no âmbito do GT-Mananciais, o licenciamento em áreas rurais deve envolver também uma proposta do CBH-AT para ser encaminhada à CETESB.

Maria Emília (CETESB) irá informar à Dra. Patrícia Iglesias, Diretora Presidente da CETESB, sobre a elaboração do documento.

c) Plano de Trabalho da CTGI

Em breve será agendada reunião específica para elaboração do Plano de Trabalho da Câmara Técnica de Gestão de Investimentos, a ser aprovado na próxima reunião plenária do Comitê. Fica registrado que neste plano deverá constar a discussão dos procedimentos para avaliação dos termos de referência pelas câmaras técnicas.

4. Encerramento

Laura Stela agradeceu a presença de todos e informou que a próxima reunião está agendada para terça-feira (29/06). Beatriz (FABHAT) complementou que serão discutidos os projetos 32 a 35.

A reunião encerrou às 12h25.